



SIMPOSIUM: HISTORIA DE LA PSICOLOGIA EN ESPAÑA E PORTUGAL

Sobre Gilberto Freyre e a "adversidade ao mestiçamento"

Joaquim Pires Valentim

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Coimbra

E-mail: jpvalentim@fpce.uc.pt

RESUMO

O percurso das ideias de Gilberto Freyre em Portugal não se resume aos debates sobre a mestiçagem, mas a "adversidade ao mestiçamento" (Correia, 1940a, p. 20), que caracterizava as posições de Mendes Correia e de Eusébio Tamagnini, não terá sido alheia à recepção inicial das ideias luso-tropicalistas na sociedade portuguesa. É certo que, ao debatermos, hoje, essas questões, o fazemos a partir de outros paradigmas, noutra contexto socio-político e usando outra linguagem. Mas, para além do debate sobre a pertinência de algumas propostas do luso-tropicalismo ou do hispano-tropicalismo, as concepções daqueles autores merecem a atenção da Psicologia, em especial da Psicologia Social. De facto, apropriadas e transformadas pelo senso comum, elas continuam a marcar saberes, discursos e práticas sociais, quer sobre a mestiçagem, quer sobre as representações de uma identidade especificamente "lusa" ou até "hispanica". Se as normas sociais, concepções científicas e discursos político-ideológicos actualmente dominantes se encontram mais próximos das posições de Freyre que das de Correia ou de Tamagnini, as concepções destes autores não deixam de circular sob a forma de "representações mágicas" (Taguieff, 1987) objectivadas na "mistura do sangue". Pela importância destas questões nas sociedades europeias contemporâneas, poderá ser útil para a Psicologia, em particular para a Psicologia Social, "revisitar" aqueles autores.

Graças ao trabalho recente dos historiadores (em especial, Alexandre, 1999, 2000; Castelo, 1998), começamos a compreender o percurso das ideias luso-tropicalistas na sociedade portuguesa, desde a sua formulação inicial no campo científico até às suas "largas repercussões no pensamento do comum dos cidadãos" (Alexandre, 2000, p. 143).

Começando pelo princípio: o que é o luso-tropicalismo? No essencial, trata-se da ideia de uma suposta aptidão especial dos portugueses para a miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos, o

que conduziria à criação de algo novo e específico: “sociedades multirraciais harmoniosamente integradas, berço de uma civilização com características próprias” (Alexandre, 1999, pp. 391-392). Esta concepção foi avançada, a partir dos anos 30, por Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro que foi discípulo de Franz Boas, e, no início, a recepção destas ideias em Portugal foi bastante desfavorável no campo político (Castelo, 1998). Curiosamente, as décadas de 30 e de 40 foram marcadas, neste domínio, pela “mística imperial”, uma ideologia na qual o império colonial surge como a “consustanciação do próprio ideal português” nas palavras de Armindo Monteiro, Ministro das Colónias de 1931 a 1935. Seria de esperar que, neste contexto político e ideológico, ocorresse uma adesão fácil e quase imediata a uma teoria que enfatizava os aspectos específicos e positivos das aptidões dos portugueses para as relações coloniais e para a sua inserção nas sociedades tropicais.

Mas não foi isso que aconteceu. Nessa época, o projecto de “renascimento do império” encontrava-se demasiado baseado em ideias raciais para ser receptivo ao elogio do mestiço e à visão culturalista de Freyre (Alexandre, 1999; Castelo, 1998). Esta questão não se colocava apenas em relação às sociedades tropicais mas, desde logo, em relação às próprias características específicas dos portugueses cujas vantagens Freyre atribui abundantemente, desde *Casa Grande & Senzala*, às suas raízes híbridas “de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra mas das duas. A Europa reinando sem governar: governando antes a África” (Freyre, 1933/s.d., p. 18). À época, essa perspectiva situava-se nos antípodas da concepção dominante sobre as origens e a especificidade dos portugueses, quer em termos da sua diferenciação biológica, quer em termos da sua psicologia colectiva. Nesta concepção – que foi largamente difundida, nomeadamente, através dos manuais escolares – destacava-se, quase exclusivamente, a valorização mitológica dos Lusitanos, a par com “a ‘reconquista cristã’ e, por consequência, a influência europeia” (Alexandre, 1999, p. 393).

Sintetizando, é claramente ao arrefecimento das concepções dominantes nas décadas de 30 e 40 que se situam as propostas de Freyre, quer sobre a definição do “carácter português”, quer sobre a miscigenação.

Mas a questão não se resumia a um mero debate de ideias entre homens de ciência sobre as raízes dos portugueses. Por essa altura, a definição de uma raça estava longe de ser uma questão neutra para um asséptico debate científico. A par com as teorias darwinistas e com o desenvolvimento da genética, o conceito de raça deve boa parte da popularidade que veio a conhecer à sua imbricação com o nacionalismo, em especial, à utilidade que teve para os movimentos nacionalistas desde a segunda metade do século XIX, como mostra magistralmente Hobsbawm (1998). E a adopção, mais ou menos generalizada, das concepções de Gobineau e das de Le Bon acerca da degenerescência, a que conduzia a mistura de raças, fazia da mestiçagem um “grave problema nacional” (Castelo, 1998, p. 111)^[1] numa época em que o racismo se desenvolvia na Alemanha e nos Estados Unidos. Disso dá conta a Antropologia portuguesa desse período através dos seus mais distintos e paradigmáticos representantes na altura, Mendes Correia no Porto e Eusébio Tamagnini em Coimbra.

Quanto ao primeiro, Mendes Correia repetidamente chamou a atenção para os riscos a que conduziam “intimidades”, das quais, “não raro provinham, em famílias ilustres, comprometedoras nódoas pigmentares, estranhos cabelos encrespados, que, em vez de atavismos remotos da raça, denunciavam cruelmente inquinações recentes de respeitáveis estirpes fidalgas” (Correia, 1940b, p. 220). Convém dizer que Mendes Correia sublinhou, recorrentemente, a ausência de fundamento científico para a oposição à mestiçagem. O problema seria a imprevisibilidade do processo: “o mestiçamento é uma lotaria germinal que tanto pode dar

bons como maus resultados” (Correia, 1945, p. 19). E, na comunicação que apresentou ao Congresso Colonial, em 1940, chamava a atenção para o perigo que constitui o mestiçamento porque:

É intuitivo que, quanto mais intenso e variado for o mestiçamento e mais activa a interferência social e política dos mestiços na vida portuguesa, mais rápida e fortemente se desfigurará a fisionomia tradicional da Pátria e irá desaparecendo o que de mais nobre e próprio existe no valor português. Seria a dissolução do Portugal multissecular, o fim de uma cadeia vital ininterrupta e gloriosa (Correia, 1940a, p. 21).

A sua “adversidade ao mestiçamento”, como ele próprio a designa num texto de 1940, leva-o a insistir “na conveniência nacional de restringir os cruzamentos raciais” (Correia, 1940a, p. 20). Na ausência de prova científica contra a mestiçagem, M. Correia invoca também os resultados de um inquérito que havia realizado em 1934 sobre o valor e as qualidades psico-sociais (Correia, 1934) das “raças puras e dos mestiços das nossas colónias” (Correia, 1940b, p. 267). A natureza do inquérito interessa-nos, dado que, longe das medidas antropométricas, se situa no plano daquilo que hoje designaríamos por representações sobre a mestiçagem. A leitura que M. Correia faz dos resultados não corrobora a ideia de um senso comum adepto da mestiçagem, como pretende Gilberto Freyre, uma vez que conclui que “predominam entre os colonialistas, os adversários do mestiçamento” (Correia, 1940a, p. 20).

Também Eusébio Tamagnini se opõe à mestiçagem, manifestando preocupações com a pureza racial dos portugueses, nomeadamente quando a pretende demonstrar através do estudo antropométrico do índice nasal dos portugueses. As conclusões desse estudo confortam a posição do seu autor, que se recusa a admitir que a mestiçagem (inevitável num povo colonizador) se tivesse tornado “factor suficiente de degradação *étnica* que obrigue os antropólogos a colocar os portugueses à margem das raças brancas, ou atribuir-lhe o valor de mestiços negróides” (Tamagnini, 1944, p. 7). E Tamagnini não só reprova a mestiçagem, como defende a eugenia, chegando mesmo a criar, em 1934, a Sociedade Portuguesa de Eugenia que se manteve em actividade até 1974 (Areia e Rocha, 1985, p. 22).

Sendo certo que as razões para a recusa inicial do luso-tropicalismo não se esgotam aqui, facilmente se compreende que este contexto, em que as teorias raciais se imbricavam na “questão nacional”, não tenha sido favorável à adopção das teses de Freyre que definia o português como “povo indefinido entre a Europa e a África” e que lhe atribuía uma especial predisposição para se miscigenar com outros povos (cf. supra).

Mas isto alterou-se após a Segunda Guerra Mundial, com a contestação dos paradigmas racistas e com as pressões anti-coloniais que conduziram ao progressivo isolamento internacional de Portugal. Essas transformações estiveram na origem de um discurso político diferente, capaz de legitimar a posição portuguesa. Alguns temas caros ao luso-tropicalismo foram então apropriados pelo regime, nomeadamente aqueles que sublinham a tradicional ausência de preconceito dos portugueses, a sua capacidade de adaptação aos trópicos e a sua predisposição para a mestiçagem. Por estas razões, no “mundo que o português criou” estaríamos face a a uma “unidade de sentimento e cultura”, na qual não faria sentido a existência de sentimentos independentistas (Castelo, 1998, p. 139)

A partir dos anos 60, ancoradas no nacionalismo, estas ideias vão circular através da propaganda do Estado Novo, sendo de assinalar a receptividade importante que tiveram nos meios intelectuais, designadamente no campo científico, onde se propagam, especialmente na Antropologia, na Geografia, na

Ciência Política e também na Psicologia Social.

Compreensivelmente, esse tipo de discurso, a nível oficial, alterou-se com o fim da ditadura. Mas o luso-tropicalismo sobreviveu, quer ao progressivo descrédito científico dos seus pressupostos de base, quer às transformações político-sociais decorrentes da independência das colónias e do processo de integração europeia de Portugal.

Por um lado, a permanência dessas ideias deriva do seu laço estreito com “algumas das ideias de fundo do nacionalismo português” (Alexandre, 2000. p. 143), como tem sido assinalado por historiadores e antropólogos (cf., em especial, Alexandre, 2000; Almeida, 2000; Bastos, 1998; Castelo, 1998). As características que vimos serem atribuídas pelo luso-tropicalismo ao “modo de ser português” convivem bem com as reformulações culturalistas das concepções sobre a identidade nacional portuguesa, nomeadamente em termos de vocação para a diáspora.

Por outro lado, os argumentos culturalistas e o elogio do mestiço que tantos obstáculos criaram à aceitação das teses de Freyre, quando, de certo modo, chegaram antes do tempo (cf. Areia, 2000) adaptam-se bem à crescente culturalização dos temas sociais. A multiculturalidade das sociedades europeias constitui até um terreno fértil para a reedição dessas ideias, agora não pela presença europeia nos trópicos, mas pela presença dos trópicos na Europa, como diz Adriano Moreira (2000, p. 19).

Mas, para além do debate sobre a pertinência de algumas propostas do luso-tropicalismo ou do hispano-tropicalismo, as posições suscitadas por essas questões, nomeadamente a propósito da mestiçagem, merecem a atenção da Psicologia, em especial, da Psicologia Social. De facto, apropriadas e transformadas pelo senso comum, aquelas concepções continuam a marcar saberes, discursos e práticas sociais, quer sobre as representações de uma identidade especificamente “lusa” ou até “hispanica”, quer sobre a mestiçagem.

Desacreditadas no plano científico, nos termos raciais em que Mendes Correia e Eusébio Tamagnini colocavam a questão, essas posições “mixóforas”, na acepção de Taguieff (1987, 1992), podem manifestar-se hoje, de um modo mais aberto, mais “moderno”, na sua vertente culturalista e identitária. *Mutatis mutandis*, trata-se do mesmo argumento na medida em que uma das principais características das novas formas de racismo é precisamente a dos argumentos biologizantes virem cedendo o lugar às explicações culturalistas, passíveis de caucionar discursos supostamente “não racistas” e “não preconceituosos” em conformidade com as normas sociais dominantes.

Como é sabido, nas suas versões contemporâneas, o racismo apresenta-se frequentemente sob a forma de discursos diferencialistas que incorporam as teses ambientalistas e culturalistas, através de uma todopoderosa modelação pelos diferentes quadros históricos, sociais, linguísticos e até climáticos. Trata-se de uma concepção que facilmente conduz à defesa de uma necessária separação entre os produtos dessas forças modeladoras, sejam eles individuais ou colectivos e ao conseqüente “horror da mistura” e da “perda de identidade”, por exemplo, étnica ou nacional, que, em rigor, não são muito distintos dos receios de M. Correia sobre a “dissolução do Portugal multissecular” a que a mestiçagem conduziria e que não são difíceis de encontrar no senso comum da sociedade portuguesa contemporânea.

Não significa isto que as formas racialistas, biologizantes de “mixofobia” tenham desaparecido. Elas permanecem, eventualmente “mescladas” (cf. Valentim, 2003) com as suas versões culturalistas, sob a

forma de “representações mágicas” ou “representações colectivas”, como lhes chama Taguieff (1987), e que nós designaríamos por representações sociais, ligadas aos receios da mestiçagem e objectivadas na imagem da “mistura dos sangues”:

l'idée selon laquelle les croisements interraciaux provoquent inévitablement dégénérescence ou débilité, médiocrité, stérilité (...) phénomènes disharmoniques (défauts de proportion) ou conflits 'instinctuels' (...) cette idée relève du mythe et met en œuvre, au sein même de la modernité, les catégories de la 'pensée sauvage'. Et pourtant, il faut bien considérer l'efficacité symbolique de telles croyances, aspect de la persistance des représentations 'magiques'. Il y a une réalité psychosociale de la dévalorisation, voire de la hantise, du métissage, à travers la fiction du mélange des 'sangs'. Que de telles représentations collectives mettent en jeu certains éléments du mythe du sang, en particulier la croyance (scientifiquement fausse) à l'hérédité 'par le sang', cela n'entame nullement leur valeur psychosociale, qui se mesure à ses effets dans le système des attitudes et des comportement (Taguieff, 1987, p. 344).

Neste domínio, Lemaine tem desenvolvido uma série de trabalhos sobre as preocupações com uma descendência “pura”, sem “manchas”, e que poderiam suscitar resistências à ideia de crianças híbridas (resistências que seriam ainda mais fortes nos avós que nos potenciais pais). Os resultados das investigações de Lemaine (Lemaine e Ben Brika, 1988, 1994; Lemaine, Ben Brika e Bonnet, 1988) são bastante coerentes com esse ponto de partida, segundo o qual, “les membres du groupe, de la communauté, ressentiraient comme un danger l'introduction de l'étranger si cela doit laisser des 'traces', des enfants qui ne pourraient pas faire partie de nous” (Lemaine e Matalon, 1985, p. 47), ou seja, as “comprometedoras nódoas pigmentares” a que se referia Mendes Correia em 1940.

Por contraste, as posições “mixófilas” (para continuar a usar os termos de Taguieff), que caracterizavam as concepções de Gilberto Freyre^[2], encontram hoje, mais facilmente que as posições “mixófobas”, conforto científico desde a biologia até às concepções que mostram serem as culturas e as identidades processos de construção e reconstrução permanentes a diversos níveis (cf., por ex., Abreu, 1985, 1996; Valentim, 1997). Essas posições “mixófilas” permitem contrapor às ideias “mixófobas” que “somos todos mestiços”, pelo que o racismo não tem sentido. Mas, como mostra Taguieff (1992), não deixam de se caracterizar também por algumas contradições, sobretudo nos “arguments antiracistes qui inversent la hiérarchie du 'pur' et du 'mélangé” (p. 364), sob a forma do “elogio do mestiço”. De facto, na sua versão “prefiro o mestiço”, esta posição não deixa de traduzir uma contradição insanável com a afirmação de que “somos todos mestiços”.

Pela importância destas questões nas sociedades europeias contemporâneas, poderá ser útil para a Psicologia - em particular para a Psicologia Social - “revisitar” aqueles autores e os debates que o luso-tropicalismo suscitou, nomeadamente, no domínio dos estudos contemporâneos sobre a identidade e as relações entre grupos, o preconceito, a xenofobia e a diversidade cultural.

NOTAS:

^[1] Sintomaticamente, as ideias de Freyre conhecerão um acolhimento diferente no Brasil e em Portugal. No Brasil, permitindo uma “reelaboração culturalista” do problema da mistura de raças que caracterizava o país

como “inviável”, logo a partir dos anos 30 a ideia de G. Freyre “de que esse era um país racial e culturalmente miscigenado, passava a vigorar como um espécie de ideologia não oficial do Estado” (Schwarcz, 1993, p. 248).

^[2] E também as de Jorge Dias, que optei por não abordar nesta comunicação (cf. Valentim, 2003).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. V. (1985). Identidade. *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Vol. 3* (pp. 360-364). Lisboa: Verbo.
- Abreu, M. V. (1996). Mudanças, identidades e projectos de desenvolvimento. Separata de *Dinamismos Sócio-Económicos e (Re)Organização Territorial: Processos de Urbanização e de Reestruturação Produtiva*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Alexandre, V. (1999). Luso-tropicalismo. In A. Barreto e M. F. Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal: Vol 8* (pp. 391-394). Lisboa: Figueirinhas.
- Alexandre, V. (2000). O império e a ideia da raça (séculos XIX e XX). In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta.
- Almeida, M. V. (2000). *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.
- Areia, M. L. (2000). A miscigenação em “Casa-Grande & Senzala”. In A. Moreira e J. C. Venâncio (Orgs.), *Luso-tropicalismo: uma Teoria Social em Questão* (pp. 143-153). Lisboa: Vega.
- Areia, M. L., e Rocha, M. T. (1985). Ensino da antropologia. In M. L. Areia/Instituto de Antropologia, *Cem Anos de Antropologia em Coimbra, 1885-1985* (pp. 13-60). Coimbra: UC/IA.
- Bastos, C. (1998). Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. *Análise Social*, 33 (146-147), 415-432.
- Castelo, C. (1998). “O Modo Português de Estar no Mundo”. *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Correia, A. M. (1934). Valor psico-social comparado das raças coloniais. *Extracto das Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial* [Separata]. Porto: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa.
- Correia, A. M. (1940a). *O Mestiçamento nas Colónias Portuguesas. Comunicação Apresentada ao Congresso Colonial* [Separata]. Lisboa: s. e.
- Correia, A. M. (1940b). *Da Raça e do Espírito*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Correia, A. M. (1945). *Política da População das Colónias (Conferência na Sessão Inaugural da «Semana das Colónias» em 23 de Abril de 1945)*. Lisboa: s.e.

- Freyre, G. (1933/s.d.). *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Hobsbawn, E. (1998). *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780 - Programa, Mito, Realidade* [C. Lains, trad.]. Lisboa: Terramar.
- Lemaine, G., e Ben Brika, J. (1988). Racisme et descendance. *Information sur les Sciences Sociales*, 27(2), 237-264.
- Lemaine, G., e Ben Brika, J. (1994). Le rejet de l'autre: pureté, descendance, valeurs. In M. Fourier e G. Vermès (Orgs.), *Ethnicisation des rapports sociaux. Racismes, nationalismes, ethnicismes et culturalismes* (pp. 196-235). Paris: L'Harmattan.
- Lemaine, G., Ben Brika, J., e Bonnet, P. (1988). Identité et apparence physique chez les enfants. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 1(2), 205-224.
- Lemaine, G., e Matalon, B. (1985). *Hommes supérieures, hommes inférieures? La controverse sur l'hérédité de l'intelligence*. Paris: A. Colin.
- Moreira, A. (2000, 3 de Maio). Os trópicos da Europa. *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 772, 18-19.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Taguieff, P.-A. (1987). *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: La Découverte.
- Taguieff, P.-A. (1992). L'antiracisme en crise. Éléments d'une critique réformiste. In M. Wieviorka (Dir.), *Racisme et modernité* (pp. 357-392). Paris: La Découverte.
- Tamagnini, E. (1944). Contribuições para o estudo da Antropologia portuguesa. XXII – O índice nasal dos portugueses. Separata da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, 12 (2).
- Valentim, J. P. (1997). *Escola, Igualdade e Diferença*. Porto: Campo das Letras.
- Valentim, J. P. (2003). *Identidade e Lusofonia das Representações Sociais de Portugueses e de Africanos*. Tese de doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.

